

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS AUTISTAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

*INCLUSIVE EDUCATION OF AUTISTIC STUDENTS IN THE MUNICIPALITY OF CURITIBA: A DOCUMENTARY ANALYSIS*

*EDUCACIÓN INCLUSIVA DE ALUMNOS AUTISTAS EN EL MUNICIPIO DE CURITIBA: UN ANÁLISIS DOCUMENTAL*

Paloma Herginzer<sup>1</sup>  
Tatiane Calve<sup>2</sup>

## Resumo

A inclusão escolar é um tema muito discutido na área da educação; entretanto, esse processo ainda é deficiente. Entre os estudantes com necessidades educacionais especiais incluídos no âmbito escolar, está o autista. O transtorno do espectro autista (TEA) é uma síndrome que afeta a interação social, por problemas de comunicação e comportamento repetitivo e restritivo. Pelas suas características, o autista enfrenta dificuldade maior no meio escolar devido à necessidade de interação com outros alunos. Por isso, faz-se necessário que familiares e responsáveis usem seus direitos legais e matriculem as crianças e adolescentes autistas em escolas regulares. O objetivo geral do presente estudo foi verificar o número de estudantes com diagnóstico de TEA matriculados em creches, educação infantil, ensino fundamental e médio, nas escolas de ensino regular do município de Curitiba/PR. Propôs-se, também, uma discussão sobre a evasão escolar dos estudantes autistas no ensino médio. Para a realização da pesquisa, realizou-se a busca do número de estudantes com TEA regularmente matriculados na rede municipal de Curitiba/PR, no site do INEP. Os resultados apontaram que o estado do Paraná possui mais de 10 mil estudantes com TEA; desse número, cerca de 1.105 em Curitiba/PR. Identificamos, ainda, que cerca de 50% dos estudantes autistas deixa de estudar ao chegar no ensino médio. Consideramos que a evasão ocorre devido ao preconceito social e educacional e às dificuldades para a atenção adequada de alunos com autismo. Esperamos que a inclusão escolar evolua em muitos aspectos e que esse público receba a atenção que merece. A inclusão escolar precisa sair do papel e, para isso, todos devem compreender a importância de cada indivíduo na sociedade e respeitar as diferenças.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação física escolar. Autismo.

## Abstract

School inclusion is a widely discussed topic in the area of education; however, this process is still deficient. Among students with special educational needs included in the school environment, is the autistic. Autism spectrum disorder (ASD) is a syndrome that affects social interaction due to communication problems and repetitive and restrictive behavior. Due to its characteristics, the autistic person faces greater difficulty in the school environment due to interacting with other students. For this reason, family members and guardians must use their legal rights and enroll autistic children and adolescents in regular schools. This study's general objective was to verify the number of students diagnosed with ASD enrolled in daycare centers, early childhood education, elementary and high school, in regular schools in the city of Curitiba / PR. It was also proposed a discussion on the school dropout of autistic students in high school. We searched for the number of students with ASD regularly enrolled in the municipal network of Curitiba / PR on the INEP website to carry out the research. The results showed that the state of Paraná has more than 10,000 students with ASD; of this number, about 1,105 in Curitiba / PR. We also identified that about 50% of autistic students stop studying when they reach high school. We believe that dropout occurs due to social and educational prejudice and difficulties in providing adequate attention to students with autism. We hope that school inclusion will evolve in many ways and that this audience will receive the attention it deserves. School inclusion needs to be effective and, for that, everyone must understand the importance of each individual in society and respect differences.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Educação Física. Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: paloma.h@uninter.com.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Saúde. Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: tatiane.c@uninter.com.

**Keywords:** Inclusion. School physical education. Autism.

## **Resumen**

La inclusión escolar es un tema muy discutido en el área de la educación; sin embargo, ese proceso es aún deficiente. Entre los estudiantes con necesidades educativas especiales incluidos en el ámbito escolar, está el autista. El trastorno del espectro autista (TEA) es un síndrome que afecta la interacción social, por problemas en la comunicación y comportamiento repetitivo y restrictivo. Por sus características, el autista enfrenta muchas dificultades en el medio escolar, por la necesidad de interacción con otros alumnos. Por ello, se hace necesario que los familiares y responsables hagan valer sus derechos legales e inscriban a los niños y adolescentes autistas en escuelas regulares. El objetivo general de este estudio fue verificar el número de estudiantes con diagnóstico de TEA, inscritos en guarderías, en la educación infantil, inicial y básica de las escuelas regulares del municipio de Curitiba/PR. Se propuso también una discusión sobre la evasión escolar de estudiantes autistas de la educación media. Para la realización de esa investigación, se buscó el número de estudiantes con TEA regularmente inscritos en la red municipal de Curitiba-PR, en la web del INEP. Los resultados indican que el estado de Paraná tiene más de 10 mil estudiantes con TEA; de ese número, cerca de 1.105 inscritos en Curitiba/PR. Verificamos, también, que 50% de los estudiantes autistas deja de estudiar al llegar a la educación media. Consideramos que la evasión es producto del prejuicio social y educativo y de las dificultades para atenderse adecuadamente a los alumnos autistas. Esperamos que la inclusión escolar evolucione en muchos aspectos y que ese público reciba la atención que merece. La inclusión escolar necesita hacerse efectiva; para ello, todos deben comprender la importancia de cada individuo en la sociedad y respetar las diferencias.

**Palabras-clave:** Inclusión. Educación física escolar. Autismo.

## **1 Introdução**

Muito se discute sobre a importância da inclusão do aluno com necessidades educativas especiais. A luta pela inclusão é um direito de todas as pessoas com deficiência e um dever de todos —familiares, professores, alunos e comunidade escolar. Por lei, todas as pessoas têm direito à educação, em todos os níveis, e não poderia ser diferente com as pessoas com deficiência e necessidades educativas especiais.

Art. 208 [da Constituição de 1988], que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, s. d., n. p.).

No Brasil, o direito educacional à pessoa com deficiência entrou em vigor somente em 2015, quando foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é clara e objetiva:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

A inclusão escolar é um processo que ainda está em desenvolvimento, principalmente no Brasil, devido a inúmeras instabilidades no sistema educacional. Para que haja ensino de qualidade para todos os públicos, a inclusão precisa acontecer por completo, ou seja, todos precisam participar; não só o corpo docente escolar, mas todos os funcionários e famílias são fundamentais nesse processo. A inclusão é exclusivamente voltada ao público excluído, alunos com alguma dificuldade ou necessidades educativas especiais.

Infelizmente, na prática, pouco acontece. A falta de informação sobre diagnósticos entre os familiares, a estrutura oferecida pelas escolas e a falta de conhecimento de professores colaboram nesse processo. Professores sem conhecimento e preparação causam a exclusão de alunos com necessidades educativas especiais, prejudicando seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Entre os alunos com deficiência e necessidades educativas especiais incluídos nas aulas regulares no âmbito escolar, está o autista. O autismo é caracterizado por respostas “anormais” a estímulos sensoriais e dificuldade de socialização (OMS, 1998). Muitos adultos autistas são afetados por não conseguirem um convívio agradável no ambiente escolar; muitas famílias são prejudicadas pela falta de informação e ainda hoje acontece que um aluno não obtenha o aprendizado desejado por falta de conhecimento sobre metodologias de ensino e falta de informação nas escolas.

O objetivo geral desse estudo foi apontar as principais dificuldades de todos os envolvidos nesse processo de inclusão do aluno autista no Ensino Fundamental I; quais os desafios a serem enfrentados pelas crianças e adolescentes nas escolas. O estudo está baseado em um referencial teórico e levantamento de dados documentais sobre a inserção dessa população no ambiente educacional.

## 2.1 Autismo

O termo autismo vem do grego *autos* que significa em si mesmo. Faz referência a “um sujeito retraído, que evita qualquer contato com o mundo exterior e que pode chegar inclusive ao mutismo” (ROUDINESCO; PLON, 1944, p. 57). Atualmente o diagnóstico é perceptível mais cedo, até mesmo antes dos 3 anos de idade, facilitando a interação e desenvolvimento da criança, que pode chegar à fase adulta com menos limitações. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS):

Uma síndrome presente desde o nascimento ou que começa quase sempre durante os trinta primeiros meses. Caracterizando-se por respostas anormais a estímulos

auditivos ou visuais, e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada. A fala custa aparecer e, quando isto acontece, nota-se ecolalia, uso inadequado dos pronomes, estrutura gramatical, uma incapacidade na utilização social, tanto da linguagem verbal quanto corpórea (OMS, 1998, p. 81).

O Transtorno do Espectro Autista só foi reconhecido e classificado como doença na Organização Mundial da Saúde em 1993, apesar da quantidade de estudos relacionados ao transtorno; nota-se um recorte temporal grande entre a descoberta e conceito da doença — que foi explorado e teve origem em 1940 — e seu reconhecimento pela OMS. Interessante indicar que a sua descoberta, na década de 40, aconteceu ao mesmo tempo, por dois pesquisadores médicos diferentes. Kanner (1943), o primeiro estudioso que inventou a palavra autismo, descrevia a doença com os sintomas mais pesados das crianças que analisava, deu-lhe ênfase às dificuldades de interação das crianças e as denominava como anormais e obcecadas.

Para Hans Asperger (1944), os estudos indicavam situações e diagnósticos diferentes; o pesquisador e também psiquiatra não contou em seu estudo com crianças apresentando sintomas severos antes dos 3 anos de idade; o que mais lhe chamava a atenção em suas observações eram as habilidades que alguns de seus pacientes autistas apresentavam para determinados assuntos, que não eram vistas em crianças não autistas da mesma faixa etária; também observou que a maioria dos casos das crianças estudadas, eram meninos. Toda a contribuição desse profissional para a pesquisa só se tornou conhecida em 1980, quando o conceito é retirado dos manuais como doença de psicose e englobada nos Transtornos Globais de Desenvolvimento (CID 10).

O maior desafio para um autista é a interação social, devido à dificuldade na comunicação; não que o portador de autismo não se comunique, ele se expressa de outras maneiras; para ele o isolamento e ambientes silenciosos são prazerosos. Existem diagnósticos de autismo leve, médio e grave, que são classificados do número 1 ao 3; com o aumento de nível, as dificuldades e os sintomas são mais pesados e os desafios aumentam. Por isso, é importante conhecer essa síndrome na fase infantil, na qual a família ou envolvidos consigam iniciar o processo de estimulação para que a criança se desenvolva da melhor maneira possível.

Toda criança necessita de estímulo para seu desenvolvimento, principalmente o autista, devido ao atraso no desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM). Diante do diagnóstico do autismo, é importante avaliar o DNPM da criança, com o objetivo de traçar uma estimulação precoce, iniciar uma avaliação educacional e conduzi-la a uma boa evolução (CORREIA, 2010). Realizar uma análise do comportamento da criança é ideal para o início desses planejamentos metodológicos, que poderão ser utilizados para seu desenvolvimento cognitivo e motor. Desde os primeiros estudos realizados sobre o autismo, métodos para auxiliar e estimular o desenvolvimento das crianças são observados. É de suma importância destacar que,

para que todo o processo ocorra de maneira adequada, é necessário realizar uma análise comportamental, um planejamento para saber qual a melhor maneira de abordar o autista; pessoas diagnosticadas com autismo leve possuem comportamentos diferentes dos outros níveis, de maneira que a metodologia aplicada terá que ser diferente e pensada minuciosamente.

Muitos pesquisadores estudaram, no decorrer do tempo, qual o melhor estímulo para o desenvolvimento cognitivo e motor do autista; muitas abordagens foram mencionadas e são defendidas por psiquiatras, psicólogos e os profissionais do ambiente escolar, mas é preciso analisar cada autista para o planejamento certo e orientação aos profissionais que trabalham com essa população.

## 2.2 Formação e desafios dos professores

Atualmente se discute muito sobre a formação inicial dos professores, se estão preparados para enfrentar os desafios de uma sala de aula e as diferenças dos alunos. Nem sempre o estudante de graduação em Educação Física teve em sua grade acadêmica a disciplina de Educação Física adaptada ou disciplinas afins.

No decorrer dos anos, aplicou-se, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, a exigência de que os cursos de formação inicial de professores oferecessem uma disciplina que tratasse do conhecimento sobre pessoas com deficiência (GONÇALVES; LEITE; DUARTE, 2020). Após vários projetos e discussões, houve uma atualização na Lei 9394/96, que dá ênfase ao público especial dentro e fora da sala de aula, salientando que o profissional que está entrando no mercado é obrigado e necessita do entendimento básico para o público especial.

É papel da escola e dos professores participar e acompanhar o desenvolvimento de todos os alunos, incluídos os que têm dificuldades no seu desenvolvimento. Assim, entrou em vigência, no ano de 2006, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), a obrigatoriedade de disciplinas específicas sobre populações e atendimento educativos especiais, nos cursos de graduação, para que os futuros profissionais da educação tenham conhecimento sobre a política da educação inclusiva e sobre as metodologias pedagógicas a aplicar em sala.

No caso de escolas regulares, o professor deve sempre salientar a inclusão, não somente do aluno autista, mas também do restante dos alunos nesse meio. Através dessa convivência com os próprios colegas, pode-se construir uma relação de respeito e compreensão sobre as diferenças. Assim, é interessante que todos vivenciem experiências diferentes e aprendam com a dificuldade do outro, alunos com deficiência e sem deficiência.

Com todas essas atualizações curriculares, é necessário que o professor continue a sua formação. Infelizmente a formação continuada não é a realidade de muitos professores; esse é um dos motivos por que escola de hoje não é inclusiva. O conhecimento do professor é insuficiente na aplicação de novas metodologias para o desenvolvimento de muitos alunos, o que gera a exclusão daqueles que deveriam ser incluídos. A formação continuada permite ao professor melhor desempenho e conhecimento científico de seus desafios diários; além de proporcionar experiências novas aos alunos, podem conhecer metodologias ligadas à tecnologia, que hoje são muito úteis em sala de aula.

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013). Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) (PROFUNCIONÁRIO..., c2018, n. p.).

Diante de todo esse cenário encontrado, a inclusão ainda é um desafio para muitos professores e profissionais da educação; muitos ainda enfrentam dificuldades como falta de apoio familiar, falta de recursos didáticos, entre outros empecilhos. Após a resolução referente à Educação Especial, tendo como objetivo a inclusão dos alunos que portam algum tipo de deficiência, foi publicada outra, a Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que cita os direitos desses alunos, ou seja, a aplicação do AEE (Atendimento Educacional Especializado), atribuindo aos professores que trabalham nessa área:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

Reforça que é de extrema importância o apoio dos professores no ambiente escolar, para que haja educação de qualidade para os alunos com necessidades educativas especiais.

Entretanto, muitos são os desafios, pois há precariedade nos materiais e ambientes adaptados e os professores, em sua maioria, não procuram o aprimoramento para melhor atender os seus alunos, nas escolas inclusivas. Segundo pesquisa realizada por Pizzolo (2015), no município de Nova Veneza, Santa Catarina, os professores de Educação Física não têm especialização, além da precariedade de materiais para o desenvolvimento de aulas inclusivas. Os professores, de maneira geral, relatam que não há apoio das autoridades educacionais e participação efetiva das equipes multidisciplinares (GREGUOL; MALAGODI; CARRARO, 2018).

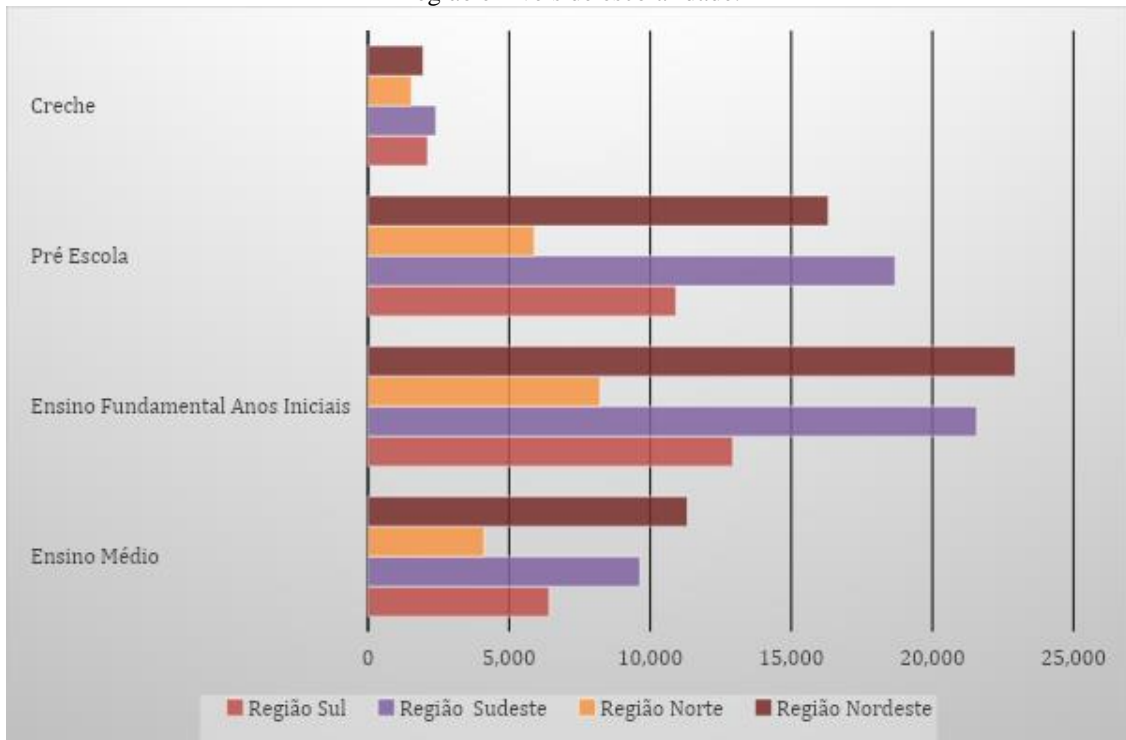
Assim, faz-se necessário apoio aos profissionais da área da educação, para que a inclusão esteja presente no âmbito escolar e que os alunos com necessidades educativas especiais possam receber educação adequada e de qualidade em todos os níveis, evitando-se a evasão escolar.

### **3 Resultados e discussão**

Segundo pesquisa divulgada pelo INEP (2019), 157,020 milhões de alunos autistas foram matriculados em diferentes níveis escolares no ano de 2019, no Brasil. O estado do Paraná tem mais de 10 mil alunos com autismo e a rede municipal de ensino do município de Curitiba 1.105 estudantes com TEA.

O gráfico abaixo mostra os dados dos alunos autistas matriculados nas redes públicas de ensino do Brasil, em 2019, divididos por regiões e diferentes níveis educacionais (INEP, 2019).

**Figura 1:** Número de alunos autistas matriculados na rede de ensino público no Brasil em 2019, divididos por região e níveis de escolaridade.



Levando em consideração os dados pesquisados, é possível identificar que alunos da região norte do país só iniciaram o convívio escolar a partir de 2 anos de idade e que mais de 50 % dos alunos autistas não concluíram o ensino médio. Além disso, na maioria dos casos, os alunos começam o ensino fundamental sem ter frequentado a pré-escola.

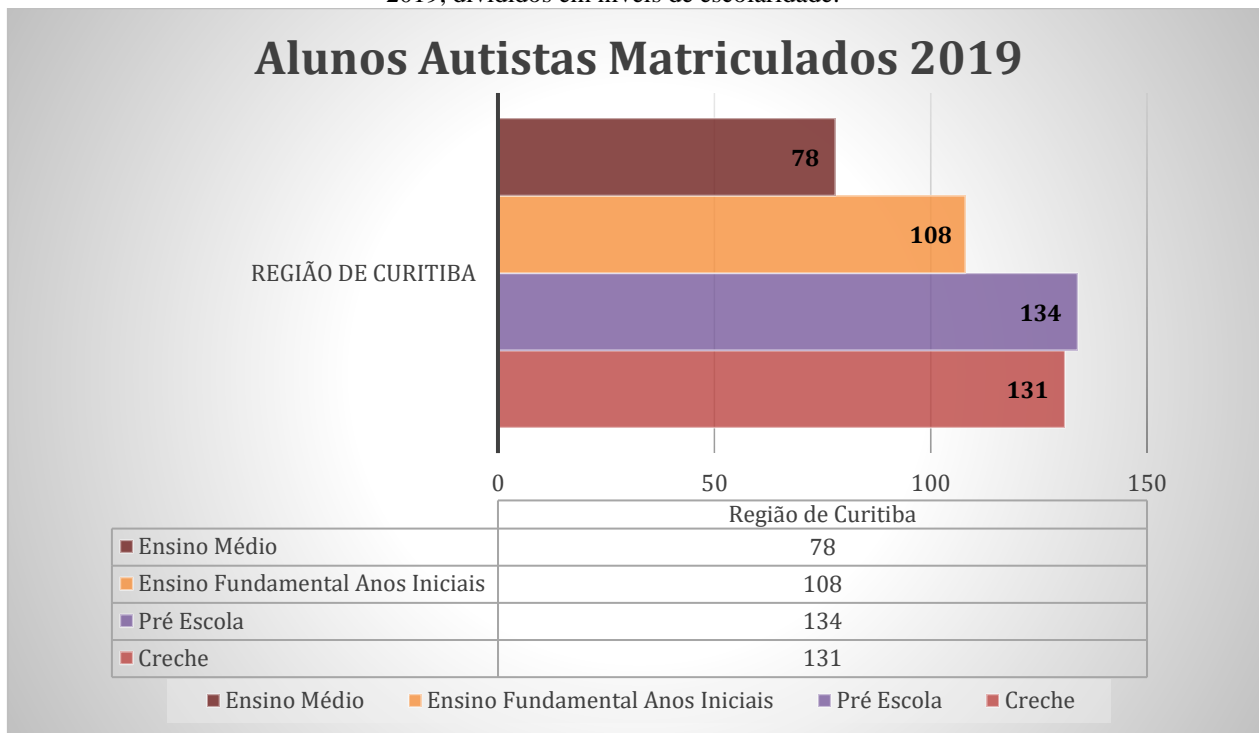
Podemos inferir, a partir desses resultados, que pode haver falta de instrução e conhecimento do direito das crianças com TEA a serem recebidas na escola desde a infância e que a estimulação precoce, através do sistema educacional, é importante para o seu processo de desenvolvimento.

A evasão escolar dos alunos autistas do ensino médio pode estar associada à falta de estrutura material e profissional, para atender de maneira adequada esses alunos, como afirmam Greguol, Malagod e Carraro (2018), em sua pesquisa sobre as atitudes de professores na educação inclusiva.

Utilizando outro filtro, agora específico para microrregiões do município de Curitiba/PR, também se identificou que há grande diminuição do número de alunos com TEA, no ensino médio (INEP, 2019).



**Figura 2:** Número de alunos autistas matriculados na rede de ensino público do município de Curitiba/PR, em 2019, divididos em níveis de escolaridade.



Conforme citado por Lima e Laplane (2016), a evasão dos alunos com TEA pode estar associada à mudança dos educandos da rede municipal para a estadual de ensino, considerando que ali o apoio à inclusão é inferior e os pais se sentem inseguros em relação à mudança de etapas escolares de seus filhos e dependentes.

Santos e Nassim (2018, p. 465) também observam “grande índice de evasão escolar, associado à baixa concentração das matrículas no AEE”, e que, apesar do número de matrículas no ensino fundamental ter aumentado, os professores não estão preparados para receber os alunos com necessidades educativas especiais, principalmente os autistas, o que intensifica a evasão escolar desses educandos (DIAS *et al.*, 2020).

#### 4 Considerações finais

Com a realização do presente estudo, é possível considerar que a inclusão escolar ainda é um desafio no sistema educacional brasileiro e que esse assunto precisa de mais atenção dos órgãos competentes, principalmente a relacionada aos alunos autistas.

Encontramos um número pequeno de alunos com TEA matriculados nas creches brasileiras, assim como a evasão desses alunos ao chegarem ao ensino médio. Os mesmos resultados de evasão foram verificados no município de Curitiba/PR, onde alunos com TEA não conseguem concluir o ensino médio. Estes resultados estão associados à falta de informação

dos pais e responsáveis e a dificuldades na atuação dos professores que atendem os alunos com autismo na rede pública de ensino.

Assim, é possível considerar a necessidade de maior informação aos pais e responsáveis e novas reformulações nas políticas públicas da educação inclusiva, propiciando materiais adequados e formação continuada aos profissionais da educação.

## Referências

AFONSO, Salete Regiane Monteiro. **A inclusão escolar das crianças com autismo do Ciclo I do ensino fundamental**: ponto de vista do professor. 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Acessado em: 12/12/2020 Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/110469>. Acesso em 16 jun. 2020.

BARBOSA, Marily Oliveira. O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria –RS, vol. 31, p. 299-310, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 16 jun. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em 16 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm). Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da

República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira INEP. **Censo Escolar**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CANEDA, Cristiana Rezende Gonçalves; CHAVES, Tania Marisa Lopes. A percepção do professor e do tutor frente a inclusão da criança no ensino regular. **Aletheia** [online], Canoas – RS, n. 46, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3238>. Acesso em: 29/11/2020.

DIAS, Fabrícia Miranda de Alvarenga; LUNA, Poliana Campos Cortes; ALVES, Liliane Barreto; DENUCCI, Moniqui Aguiar Mozzer. A visão do professor em relação ao transtorno do espectro autista. *In*: CONEDU. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2020, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: Centro Cultural de exposições Ruth Cardoso, 2020. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA1\\_ID\\_16092020115207.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA1_ID_16092020115207.pdf). Acesso em: 13 dez. 2020.

CORREIA, Olívia Balster Fiore. O papel da conexão afetiva na construção de um programa de intervenção precoce para crianças recém-diagnosticadas autistas ou com risco autístico. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 2, p. 211-219, 2010.

GOMES, Camila Graciella Santos; MENDES Enicéia Gonçalves. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, p. 375-396, 2010.

GOMES, Claudia; REY, Fernando Luis González. Inclusão escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, vol. 27, n. 3, p. 407-416, set. 2007.

GONÇALVES, V. O.; LEITE, S. T.; DUARTE, E. A educação física adaptada no currículo de formação em educação física. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí/GO, v. 16, n. 3, p. 01-15, 18 abr. 2020.

GREGUOL, Marcia; MALAGODI, Bruno Marson; CARRARO, Attilio. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: atitudes de professores nas escolas regulares. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 33-44, mar. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382018000100033&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000100033&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 jun. 2020.

LIMA, Stéfanie Melo; LAPLANE, Adriana Lia Frizman. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 2, p. 269-284, jun. 2016.

NUNES, Débora Regina de Paula; SCHMIDT, Carlo. Educação especial e autismo: das práticas baseadas em evidências a escola. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 84-144, jul./set. 2019.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **CID-10: classificação de transtornos mentais e de comportamento a Cid-10**. Critérios diagnósticos para pesquisa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/mis-24187>  
Acesso em: 07 dez. 2020.

PIZZOLO, Tuani Zanoni. **O desafio da inclusão escolar nas escolas estaduais do município de Nova Veneza-SC: olhares dos professores de educação física**. 2015. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Educação Física, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Nova Veneza, 2015. Disponível em:  
<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3066/1/Tuani%20Zanoni%20Pizzolo.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.

PROFUNDACIONÁRIO. Apresentação. **Portal Ministério da Educação**, c2018. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/profuncionario#:~:text=62%2DA.,Lei%20n%C2%BA%2012.796%2C%20de%202013>). Acesso em 13 dez. 2020.

RICCO, Ana Claudia. **Efeitos da atividade física no autismo**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências (Campus de Rio Claro), 2017.

ROSS, Paulo Ricardo. O normal e o patológico na sociedade moderna pós-moderna. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SÍNDROME DE DOWN, 3., 2000, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: CFP, 2000. p. 254-255.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 57, 1998. Disponível em:  
[http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/8941/material/Roudinesco\\_Elisabeth\\_Plon\\_Michel\\_Dicionario\\_de\\_psicanalise\\_1998.pdf](http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/8941/material/Roudinesco_Elisabeth_Plon_Michel_Dicionario_de_psicanalise_1998.pdf) . Acesso em: 03 dez. 2020.

SANTOS, Vivian; NASSIM, Chamel Elias. Caracterização das matrículas dos alunos com transtorno do espectro do autismo por regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, vol. 24, n. 4, out./dez. 2018. Disponível em:  
[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382018000400465&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382018000400465&script=sci_arttext&tlng=pt)  
. Acesso em: 13 dez. 2020.

SOUZA, R. A.; SANTOS, J. A.; SILVA, J.; SOARES, S. A. Uma reflexão sobre as políticas de atendimento para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Rio de Janeiro: **Caderno Unifoa**, Volta Redonda – RJ, v. 14, n. 40, 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Linha do tempo da legislação do Brasil. **Cursos Escola Educação**. c2014-2018. Disponível em: <https://cursos.escolaeducacao.com.br/artigo/linha-do-tempo-da-legisla-o-do-brasil>. Acesso em: 13 dez. 2020.